

Aglomeraciones urbanas no Rio Grande do Sul: diagnóstico socioeconômico (2000-10)*

Gisele da Silva Ferreira**

Mariana Lisboa Pessoa***

Rosetta Mammarella****

Estadística, Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do Observatório das Metrôpoles Geógrafa, Pesquisadora da FEE e do Observatório das Metrôpoles

Mestre em Sociologia, Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles

Resumo

O Rio Grande do Sul vem sofrendo mudanças estruturais desde a década de 70 do século passado, quando sua economia, que até então era baseada na agropecuária, passou a ter características urbano-industriais. O fenômeno aglomerativo no Estado coincidiu com a consolidação do processo de urbanização, que evoluiu, até o momento, para a institucionalização oficial de quatro aglomerações urbanas, sendo uma metropolitana. O objetivo deste estudo é analisar o perfil demográfico e socioeconômico da população e alguns aspectos relacionados aos domicílios nessas aglomerações urbanas, na primeira década do século XXI, para tentar apreender características ou tendências, em termos da qualidade de vida nessas regiões. Tal análise tomou como base os dados dos dois últimos censos demográficos (2000 e 2010).

Palavras-chave: aglomerações urbanas; perfil sociodemográfico; processo de urbanização.

Abstract

The Rio Grande do Sul State has suffered structural changes since the 70's, when its economy, which until then was based on farming, has turned into urban-industrial features. The agglomerative phenomenon in the State coincided with the consolidation of the urban process that evolved, so far, to an official institutionalization of four urban agglomerations zones, including a metropolitan one. The aim of this study is to analyze the demographic and socioeconomic profile of the population and some aspects related to households in these urban agglomerations

* Artigo recebido em 29 jul. 2013.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Este estudo é parte integrante do projeto "Estruturação territorial, dinâmica socioespacial e governança: efeitos sociais e processos de transformação nas Aglomerações Urbanas do Rio Grande do Sul – 1991/2010" (EDITAL PRONEM/FAPERGS/CNPq nº 003/2011).

** E-mail: gisele@fee.tche.br

*** E-mail: mariana@fee.tche.br

**** E-mail: rosettammammarella@gmail.com

zones at the first decade of the XXI century, trying to grasp characteristics or trends in terms of life quality in these regions. Such analysis was based on data from the last two Censuses (2000 and 2010).

Key words: *urban agglomerations zones; socio demographic profile; urbanization process.*

1 Introdução

O Rio Grande do Sul é a quarta maior economia do Brasil, com uma participação de cerca de 6% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Tradicionalmente pautada na agricultura, a economia gaúcha passou por um importante processo de transformação a partir da década de 1970, quando, impulsionado pelo aumento da industrialização, o movimento migratório do campo para as cidades foi intensificado, e o Estado passou de um caráter majoritariamente rural/agrícola para um urbano/industrial (Barcellos, 2000), apresentando, em 2010, mais de 85% da sua população morando nas áreas urbanas (IBGE, 2010). Esse processo culminou na retração do Setor Primário, que, em 2010, representava apenas 10% do PIB estadual, enquanto os setores da indústria (com destaque para a agroindústria, coureiro-calçadista, química e metal-mecânica) e de serviços, corresponderiam, respectivamente, a 30% e 60% do total.

Em decorrência da consolidação do processo de urbanização, as cidades foram se configurando como cenário principal das relações econômicas, políticas e sociais, concentrando, além de população, a oferta de bens e serviços, e conseqüentemente, o capital. A concentração resultante do modelo capitalista de produção auxilia na formação das aglomerações urbanas, que constituem arranjos complexos no que diz respeito aos fluxos gerados, interna e externamente, de pessoas, bens, serviços, capital, dentre outros (Moura, 2009).

Ao longo do tempo, essas aglomerações se expandem ou se aglutinam, econômica e funcionalmente, em arranjos espaciais complexos, seja em escala urbana, urbana-aglomerada ou regional (Moura, 2009). Esse processo pode resultar tanto em aglomerações fisicamente contínuas (com a presença de pontos de conurbação ao longo do território), como descontínuas (com ausência de conurbação).

O fenômeno aglomerativo urbano caracteriza-se, de maneira geral, pela concentração espacial de atividades produtivas, em especial a industrial e a de serviços, que culminam na presença de fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos (Alonso, 2009). As aglomerações urbanas pressupõem a existência de um (ou mais) núcleo urbano principal, que influencia e organiza a dinâmica econômica das cidades vizinhas (Matos, 2000). Essas formações regionais podem apresentar diferentes tamanhos e escalas, variando de acordo com a magnitude da aglomeração, tamanho e quantidade das cidades-membro, densidade populacional, fluxos de integração, dentre outros fatores.

Segundo Moura (2009), as aglomerações urbanas originam-se de processos de organização espacial de ocupação que são capazes de permitir ou impulsionar o fenômeno da urbanização concentrada. Os núcleos que integram uma aglomeração urbana se relacionam física, econômica e funcionalmente, de maneira contínua ou descontínua, gerando fluxos de pessoas, bens, serviços, capital e informação, em diferentes escalas e graus de interdependência¹.

O Rio Grande do Sul possui, institucionalizadas, quatro aglomerações urbanas (AUs) de caráter contínuo, sendo uma metropolitana, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e outras três não metropolitanas, a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul), a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune) e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte)². Além dessas,

¹ Como já explicitado em estudo anterior, o IBGE vem adotando o conceito de aglomerações urbanas para designar outros espaços urbanos, situados em nível sub-metropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conturbação (Mammarella; Barcellos, 2008).

² A RMPA foi criada em 1967 e institucionalizada através da Lei Complementar nº 14/1973. Uma reconstituição histórica da criação da RMPA encontra-se em Alonso (2009). A Ausul foi criada em 1990 (Lei Complementar nº 9.184/1990) e modificada em 2002 (Lei Complementar nº 11.876/2002). A Aune foi criada em 1994 (Lei Complementar nº 10.335/1994). A Aulinorte foi criada em 2004 (Lei Complementar nº 12.100/2004). Em agosto de 2013 a Aune mudou de *status*, passando a ser considerada de caráter metropolitano, constituindo a Região Metropolitana da

legalmente institucionalizadas, ainda existem outros arranjos urbanos que se configuram como aglomerações em que, apesar da ausência de conurbação, apresentam uma forte integração revelada através do fluxo de pessoas que realizam movimentos pendulares para estudar e trabalhar fora de suas cidades de residência, como é o caso de Passo Fundo (ADPF) e Santa Maria (ADSM) (Alonso, 2009). Existem, ainda, outras duas configurações territoriais classificadas no estudo sobre a rede urbana brasileira realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e IBGE que merecem destaque: a Aglomeração Descontínua de Ijuí (ADljuí) e o Eixo Articulado de Gramado e Canela (EAGC) (IPEA *et al.*, 2000) que, seja pela sua posição geográfica, ou por sua importância econômica (agroindustrial e turística), também são incluídas no presente estudo.³

As oito regiões aglomerativas analisadas totalizam 129 municípios (26% do total do Estado), concentram cerca de 65% da população total (com um grau de urbanização de 93,73%) (IBGE, 2010), e participam com mais com 70% do PIB estadual, conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2012).

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo traçar um perfil demográfico e socioeconômico das aglomerações urbanas gaúchas, com base nos dados dos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, com o intuito de detectar as principais mudanças que ocorreram no período, em cada uma das aglomerações e nas relações entre elas. Algumas questões são orientadoras do estudo. Situando-se a Região Metropolitana de Porto Alegre no topo da hierarquia urbano-regional do Estado, nela, evidentemente, estão concentradas, em volume e relativamente, a produção econômica, as atividades de serviços e a população. Detectadas as principais mudanças no contexto metropolitano, os processos nas demais aglomerações urbanas ocorreram de forma similar? Ou seja, existe uma equivalência relativa entre as mudanças na Região Metropolitana de Porto Alegre e as que ocorreram nas demais aglomerações? Em segundo lugar, há uma disparidade significativa em termos de tamanho, importância e perfil econômico histórico e social, entre os

oito arranjos urbanos. Existem algumas características que lhes são comuns? Quais seriam? É possível estabelecer uma relação de hierarquia, do ponto de vista econômico e social, entre essas aglomerações?

As análises estão divididas em duas partes, sendo a primeira um diagnóstico demográfico e socioeconômico da população, e a segunda, a análise das condições sociais dessa população a partir da realidade domiciliar.

2 O fenômeno aglomerativo urbano na dimensão demográfica e socioeconômica

De acordo com os dados do último censo demográfico, o Rio Grande do Sul foi o Estado brasileiro que menos cresceu em termos populacionais, no período entre 2000 e 2010, apenas 5% (o que corresponde a um contingente de pouco mais de 500.000 habitantes), seguido da Bahia (7,24%) e do Paraná (9,21%), sendo que o estado que teve o maior incremento populacional foi o Amapá, com 40,35% (IBGE, 2010). Apesar do pequeno incremento, o Rio Grande do Sul apresentou uma importante redistribuição interna da população, que, segundo Pessoa e Xavier Sobrinho (2012), revelou uma tendência de deslocamento no sentido oeste-leste, em especial para a serra e para o litoral norte.

Em relação às aglomerações urbanas estudadas, a RMPA apresentou, em 2010, mais uma vez, lugar de destaque no cenário das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul (Mapa 1), concentrando mais de 57% da população residente nessas áreas (3.958.985 de habitantes) e apresentando um grau de urbanização de mais de 97,1%, além de uma participação de 55,9% do PIB das AUs (FEE, 2012).

Dentre as aglomerações não metropolitanas, a maior, em termos populacionais, era, em 2010, a Aune, com quase 720 mil habitantes, ou 10,37% do total das AUs, seguida da Ausul, 578.034 habitantes (8,35%) e da ADPF, com cerca de 500 mil habitantes, ou 7,22% do total. A aglomeração urbana com menor contingente populacional era a EAGC, que possuía 111.084 habitantes, ou cerca de 1,5% do total populacional. O comportamento da participação no PIB das AUs seguiu a mesma tendência da população, com a Aune apresentando o maior percentual (12,42%), seguida da Ausul (6,96%) e da ADPF (6,81%), sendo o

Serra Gaúcha (Lei Complementar nº 14.293/2013). Porém, para esse trabalho será considerada a divisão da antiga Aune.

³ Alonso (2003) e Mammarella e Barcellos (2008) consideraram, também, uma Área Perimetropolitana, que diz respeito à área de expansão metropolitana e de transição entre a RMPA e a Aune. Neste estudo, no entanto, optou-se por não incluir essa espacialidade, tendo em vista a necessidade de repensar, técnica e analiticamente, sua abrangência, uma vez que nos estudos aqui referidos foram constatados indícios de consolidação de novos arranjos de articulação urbano-regional.

menor percentual, novamente, da EAGC, com pouco mais de 1%.

No período analisado, as aglomerações urbanas demonstraram perfis bastante heterogêneos no que diz respeito às características básicas da população (sexo, idade, grau de instrução e trabalho), porém apresentaram comportamento semelhante quando analisados os indicadores de dinâmica populacional.

A taxa geométrica de crescimento populacional nas AUs sinaliza que a população aumentou, de maneira bastante discreta, variando entre 0,02% na ADIjuí e 2,05% na Aulinorte, totalizando uma taxa de 0,69% para o conjunto das aglomerações (Tabela 1). Observa-se ainda uma perda sistemática da população rural, exceto na Ausul, que apresentou um aumento dessa população (0,98% ao ano). As aglomerações com maior crescimento da população foram a Aulinorte (2,98%) e a Aune (2,28% e 1,72%), que, ao longo do último período intercensitário (2000-10), se configuraram como os principais polos de atração populacional, confirmando a tendência de deslocamento de população do oeste para o leste do Estado. A aglomeração que mais perdeu população rural foi a ADIjuí, com uma queda de 4,07% ao ano, seguida da RMPA, que se reduziu em 3,76% ao ano, não sendo desprezível a desruralização da Aune e da Aulinorte (quedas de 3,09% e 2,47% respectivamente). Alguns fatores podem explicar essa diminuição continuada da população rural e o aumento da população urbana, como a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas na agricultura, que acaba dispensando a necessidade de mão de obra; a expulsão de jovens do campo em busca de estudo e emprego; e o aumento dos perímetros urbanos dos municípios, que avançam sistematicamente sobre as áreas rurais ou as chamadas zonas rururbanas.

Outra tendência observada na população das AUs é o aumento generalizado da proporção de mulheres, que, segundo Alves (2012), é uma das principais características resultantes das transições ocorridas na população brasileira, nos últimos anos, uma vez que, no período entre 1991 e 2010, o superávit de mulheres mais que dobrou, passando de 1.855.231 para 3.941.819 (aumento de 112,5%).

Em 2010, a razão de sexo (população masculina/população feminina) variou entre 0,91 na Ausul e 0,97 na Aulinorte, Aune e EAGC, enquanto, no Rio Grande do Sul, a razão era de 0,95 e, no Brasil, de 0,96. A população feminina cresceu, entre 2000 e 2010, mais do que a masculina, tanto no Estado (5,7% e 4,2% respectivamente), como no conjunto das aglomerações urbanas, em que o aumento de mulheres foi de 7,8%,

e o de homens, 6,4% (Tabela 2). Em algumas aglomerações urbanas, como na Aulinorte e na EAGC, o incremento da população feminina foi bastante superior do que o da masculina, chegando a três pontos percentuais.

Além das transições demográficas relacionadas à razão de sexo, o Rio Grande do Sul vem sofrendo também mudanças no que diz respeito às características de cor ou raça. Entre 2000 e 2010, o Estado apresentou um aumento da população autodeclarada preta ou parda de quase 34%, percentual um pouco abaixo do verificado no conjunto das aglomerações urbanas, que foi de 37% (Tabela 2). Dentre as aglomerações, esse percentual foi maior na Aulinorte (63,1%), seguida da Aune (85,8%) e do EAGC (95,4%). Uma possível explicação poderia estar associada a um processo de autoconsciência étnica como um valor sociocultural, tendo em vista processos históricos de movimentos sociais de reconhecimento e valorização da raça, bem como o aumento das políticas públicas voltadas à população historicamente excluída, como é o caso das cotas para ingresso nas universidades e concursos públicos. Isso acabaria incentivando a população a se autodeclarar como preta ou parda. Outra hipótese está relacionada a fatores socioeconômicos. Estudos anteriores revelaram que a população preta ou parda ainda está preponderante no exercício de ocupações que requerem baixa qualificação profissional. Ou seja, considerando-se uma hierarquia social onde se distinguem diversas categorias como de dirigentes, intelectuais, ocupações médias, trabalhadores do Terciário ou do Secundário, e do Terciário não especializado, é nesta última categoria onde, proporcionalmente, a presença dos não brancos é predominante, especialmente entre os operários da construção civil, as empregadas domésticas e os biscateiros (Mammarella; Barcellos, 2008). Portanto, o incremento dessa população, especialmente nas três aglomerações acima destacadas, pode estar relacionado à dinâmica do mercado imobiliário, que, ao mesmo tempo, aumenta a demanda por mão de obra para trabalhar na construção civil e a procura por serviços menos qualificados, como o de trabalhadores domésticos, visto que é nessas aglomerações, como veremos adiante, onde se destaca o aumento no número de domicílios.⁴

Outro fenômeno demográfico verificado foi o envelhecimento da população entre 2000 e 2010. O

⁴ Em termos de distribuição da população preta ou parda, essas aglomerações foram as que apresentaram as menores proporções de pretos e pardos, com percentuais de 10,7% na Aulinorte, 13,9% na EAGC e 14,4% na AUNE. Por outro lado, a Ausul apresentou os maiores percentuais, tanto em 2000 como em 2010, com 16,1% e 19,1% respectivamente.

Rio Grande do Sul possuía, em 2010, pouco mais de 12% da sua população com idade entre 60 e 80 anos, e 1,6% com mais de 81 anos. Comparado a 2000, o Estado teve um aumento de 30,7% na população idosa (mais de 60 anos) e 56,2% de aumento na população com mais de 81 anos (Gráfico 1).

Acompanhando esse padrão de envelhecimento da população, as AUs ostentaram um aumento da faixa etária acima de 60 anos e, por outro lado, uma expressiva queda da população de crianças e jovens (até 14 anos) — (Gráfico 2).

A aglomeração que apresentou o maior grau de envelhecimento foi a Aulinorte, com um aumento de 74,1% da população entre 60 e 80 anos, e 135,5% da população com mais de 81 anos. Isso pode estar relacionado à intensificação do fluxo migratório, iniciado na década de 90, de diversas regiões do Estado em direção ao litoral norte, composto por segmentos de média e alta renda, como empresários e professores universitários aposentados, que buscam uma melhor qualidade de vida (Strohaecker, 2007).

Em termos de distribuição da população idosa entre as aglomerações, em 2010, a maior proporção se verificou na ADSM, onde 15% da população tinha mais de 60 anos. Por outro lado, a população de crianças e jovens (até 14 anos) vem diminuindo no Estado, que apresentou uma redução de cerca de 16% dessa população no último período intercensitário. Nas aglomerações, também foram registradas quedas que variaram de 2%, na Aulinorte, a 21,9%, na ADIjuí. Um fato curioso refere-se à Aulinorte, que, ao mesmo tempo em que apresentou a menor perda de população jovem (até 14 anos) e a maior proporção de pessoas nessa faixa etária, com 8,7% do total, foi a aglomeração com o maior grau de envelhecimento no período analisado.

Em relação à escolaridade, houve aumento em quase todas as etapas do ciclo escolar, que, na média, apresentou um incremento de 15% no Estado, no período analisado. Mas foi no primeiro ciclo escolar — até a quarta série do ensino fundamental em 2000, equivalente à quarta série/quinto ano em 2010 — e no último — nível superior e mais — onde ocorreram as mudanças mais significativas. O que dá indícios de que a população esteja conseguindo maior acesso à escola e tendendo a completar o ciclo escolar. No RS, houve um aumento de 25% na população que já frequentou a escola e que concluiu a quarta série do ensino fundamental, e, dentre as aglomerações, o

destaque foi a Aulinorte⁵, onde esse aumento foi de 55,9% (Tabela 3).

Em relação ao total de pessoas com ensino superior ou mais, o percentual aumentou de 9,2% para 13,7%, sinalizando uma elevação no padrão de escolaridade. O maior incremento deu-se fora do conjunto das aglomerações (81%), enquanto, nas AUs, o percentual foi de 69,7%. Esse dado pode ser reflexo, de um lado, do aumento do número de instituições privadas de ensino superior, em todo o Estado e, de outro, da ampliação e interiorização dos *campi* das universidades federais e estadual, o que amplia o número de vagas e facilita o ingresso de alunos oriundos de municípios distantes dos tradicionais polos universitários. Dentre as aglomerações, as que apresentaram maior incremento de população com nível superior completo ou mais foram a Aulinorte (148,7%) e a EAGC (139,3%). Isso evidencia, novamente, o perfil da população que está buscando residência nessas AUs, que se caracteriza, em geral, por uma população mais velha, geralmente aposentada, e com maior grau de escolaridade.

Uma última característica importante de ser analisada nesse perfil socioeconômico da população refere-se ao estado civil, especialmente se considerarmos que a nupcialidade, de acordo com Silva e Morell (1990), se constitui em um tema importante para entender a organização familiar enquanto mediação básica para reprodução da população. Ao mesmo tempo em que diminui o número de pessoas casadas, aumenta, de modo significativo, o número de divorciados ou desquitados. Deve-se considerar que o aumento de dissoluções de casamentos leva à formação de novos arranjos familiares, a partir daquilo que o IBGE denomina “recasamentos” (Taxa..., 2010), fenômeno que deve ser subentendido nos dados analisados.

Entre a população com mais de 15 anos, o Estado apresentou, no período analisado, uma redução no número de registros de casamentos de 3,6%, situação diferente do restante do País, onde esse tipo de união teve um aumento de 31,1%. Duas aglomerações apresentaram incremento no número de registros formais de união (Tabela 4), a Aulinorte (11,5%) e a Aune (10,3%), sendo a explicação mais provável para isso, no caso da Aulinorte, o perfil da população que se deslocou para a região, como já comentado anteriormente; e, no caso da Aune, o fato de que a região é composta por uma população de descendência italia-

⁵ Em 2000, dentre a população que já frequentou a escola no Rio Grande do Sul, 28,9% concluiu a quarta série do ensino fundamental, percentual que aumentou para 31,3% em 2010.

na, bastante tradicional e religiosa, onde o casamento formal ainda é visto como uma obrigação.

Nas demais aglomerações, a formalização teve quedas que variaram de 7,2% na Ausul a 2,3% na EAGC. Por outro lado, o número de divorciados aumentou consideravelmente em todas as aglomerações, variando entre 74,6% na RMPA e 160% na Aulinorte, enquanto o incremento médio no Estado foi de 89,1%. O número de viúvos e solteiros também aumentou no período, tendo apresentado o maior incremento na Aulinorte, com 56,7% e 35,1% respectivamente, ou seja, praticamente o dobro do verificado no RS.

No que tange o mercado de trabalho, o período analisado apresentou importante melhora, não apenas em termos quantitativos, com o aumento generalizado do emprego, como em termos qualitativos, com o aumento da formalização e dos rendimentos (Pessoa; Xavier Sobrinho, 2012).

Em termos quantitativos, o destaque é o aumento da proporção de pessoas que estão efetivamente no mercado de trabalho (PEA), em todas as aglomerações do Estado. Em 2010, essa população representava parcelas superiores à metade da população em idade ativa (PIA), tendo tido a menor participação a Ausul, com 54,7%, e a maior, a Aune, com 68,8% (Pessoa; Xavier Sobrinho, 2012).

Paralelamente a esse aumento, a taxa de desocupação caiu, de forma generalizada, em todas as AUs, com percentuais que variaram de 55,1% na Aulinorte a 71,2% na ADPF. A aglomeração que apresentava os maiores índices de desocupação em relação ao total da população economicamente ativa, em 2010, era a Ausul, com 7,9%, seguida da RMPA, com 5,9%, enquanto as menores taxas foram na Aune (3,5%) e na EAGC (3,3%). Nesse cenário, todas as aglomerações apresentaram taxas de desocupação inferiores a 10%, enquanto, em 2000 apenas a EAGC tinha um percentual abaixo desse limite (Tabela 5).

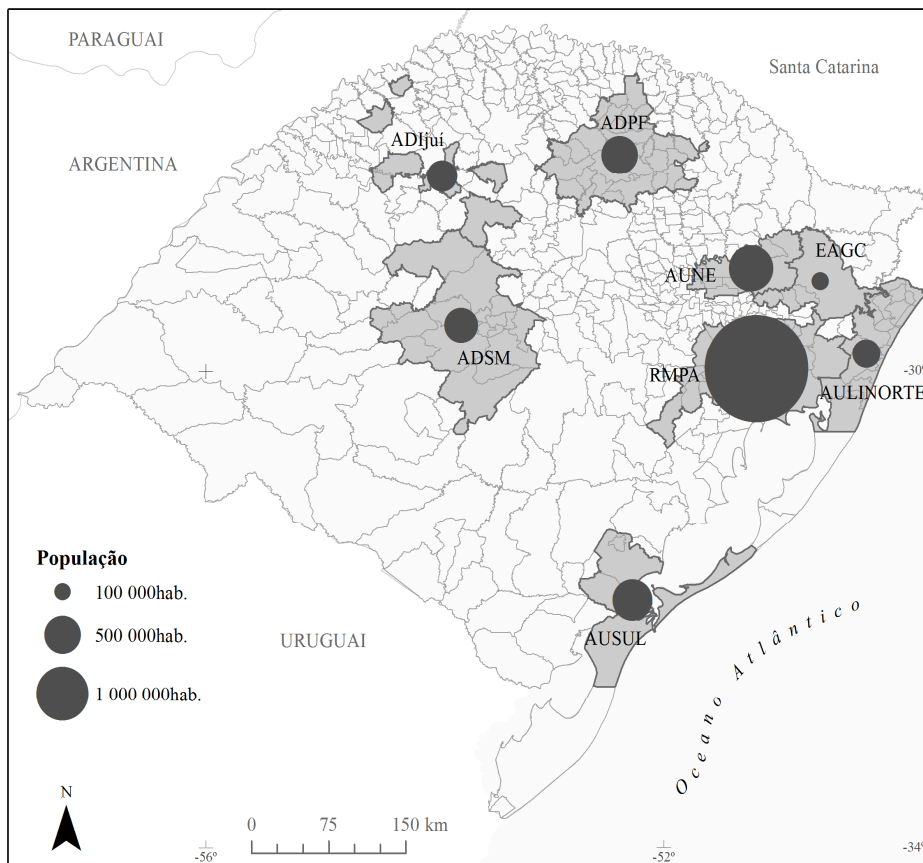
O aumento da formalização do emprego é um importante indicador de melhora na qualidade do mercado de trabalho, entre 2000 e 2010, tanto no Estado como nas diferentes aglomerações urbanas. O número de empregos formais (soma das categorias de “empregados com carteira assinada” e “funcionários públicos estatutários e militares”) teve um aumento acentuado na década, com taxas que variaram, nas AUs, de 34,2% na ADSM a 74,3% na Aulinorte. A proporção de empregados formais sobre o total de ocupados também cresceu em todas as aglomerações (Tabela 6), sendo a RMPA a que apresentou o menor percentual de variação, com 10,3%, e a AUDIjuí, o maior, com 26,7%. Apesar de ter sido uma das aglo-

merações que apresentaram o maior aumento da participação do emprego formal no total de ocupados, a Aulinorte mantinha-se, em 2010, com o menor grau de formalização, com um percentual de 43,5%. Por outro lado, a Aune apresentou a maior proporção de empregados formais nos dois censos (2000 e 2010), com 55,8% e 65,5% respectivamente.

Outro fato que demonstra a melhora na qualidade do mercado de trabalho é a diminuição do trabalho precário (soma das categorias dos trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria e não remunerados) em todas as AUs (Tabela 6), tanto em números absolutos como na proporção desses trabalhadores no total de ocupados. A Aune foi a aglomeração que apresentou a menor proporção de trabalhadores precários, tanto em 2000 como em 2010, com percentuais de 38,8% e 29,9%, respectivamente, e a maior diminuição dessa participação, com 22,9% na década. Por outro lado, a Aulinorte apresentou, nos dois anos analisados, o maior percentual de precariedade, com 57,4% em 2000 e 47,7% em 2010.

Mapa 1

População nas aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul — 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2010).

Tabela 1

População total, grau de urbanização e taxa geométrica de crescimento da população, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

(%)

AGLOMERAÇÕES URBANAS	POPULAÇÃO TOTAL		GRAUS DE URBANIZAÇÃO		TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO		
	2000	2010	2000	2010	Urbano	Rural	Total
ADljuí	3,4	3,3	85,3	90,3	0,59	-4,07	0,02
ADPF	4,8	4,7	84,3	88,3	0,68	-2,70	0,22
ADSM	4,1	4,0	80,3	83,1	0,65	-1,18	0,31
Aulinorte	2,3	2,7	79,4	86,9	2,98	-2,47	2,05
Aune	5,9	6,7	87,2	92,1	2,28	-3,09	1,72
Ausul	5,5	5,4	93,1	92,7	0,32	0,98	0,37
EAGC	1,0	1,0	79,5	82,8	1,59	-0,59	1,18
RMPA	36,5	37,0	95,5	97,1	0,80	-3,76	0,63
Total de AUs	63,4	64,8	91,3	93,7	0,96	-2,53	0,69
RS sem AUs	36,6	35,2	64,9	69,2	0,77	-1,20	0,12
TOTAL DO RS	100,0	100,0	81,7	85,1	0,90	-1,59	0,49

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Tabela 2

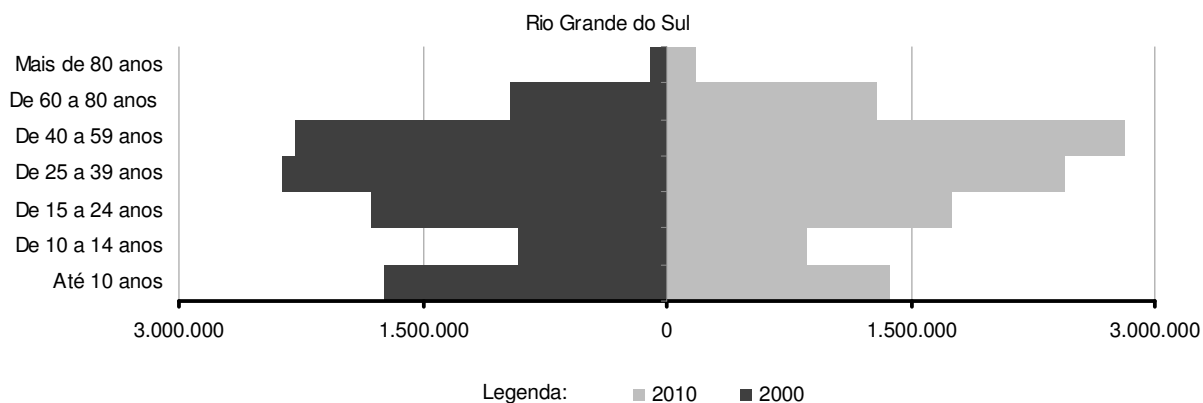
Incremento relativo da população, segundo o sexo e a raça, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

AUs	SEXO				COR E RAÇA	
	SEXO		COR E RAÇA			
	Masculino	Feminino	Branca	Preta e Parda		
ADJuí	-0,1	0,5	-4,4	34,7		
ADPF	1,6	2,8	-2,1	35,5		
ADSM	2,3	3,9	-0,3	27,7		
Aulinorte	20,8	24,3	19,3	63,1		
Aune	18,1	19,0	11,9	85,8		
Ausul	2,9	4,5	0,4	22,6		
EAGC	10,9	13,9	5,3	95,4		
RMPA	5,7	7,2	2,7	33,5		
Total das AUs	6,4	7,8	3,1	36,9		
RS sem Aus	0,5	1,9	-2,9	28,4		
TOTAL DO RS	4,2	5,7	0,9	33,8		

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Gráfico 1

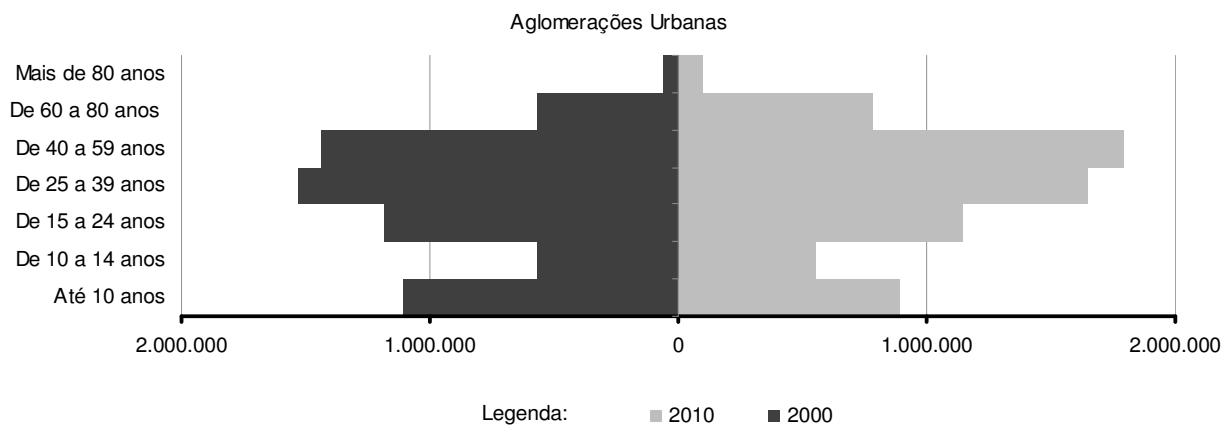
População total, segundo a faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2000 e 2010



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Gráfico 2

População total, segundo faixa etária nas aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul — 2000 e 2010



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Tabela 3

Incremento relativo da população, segundo o curso mais elevado que frequentou, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10 (%)

AUs	ATÉ A QUARTA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL (1)	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	TOTAL
ADljuí	12,6	-0,6	4,9	68,2	11,8
ADPF	21,2	2,3	-6,5	89,4	12,9
ADSM	11,6	7,8	-2,2	66,8	12,7
Aulinorte	55,9	-0,8	58,1	148,7	38,2
Aune	28,7	10,4	26,0	94,9	27,9
Ausul	25,6	-3,9	7,9	62,7	14,0
EAGC	30,9	-26,3	64,3	139,3	19,7
RMPA	25,5	10,8	-8,7	62,5	14,9
Total das AUs	25,0	6,9	-0,4	69,7	16,5
RS sem AUs	25,3	-26,8	49,3	81,0	12,9
TOTAL DO RS	25,1	-6,1	14,4	72,3	15,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

(1) Até a quarta série do ensino fundamental em 2000, equivalente à quarta série/quinto ano em 2010.

Tabela 4

Incremento relativo da população, segundo o estado civil, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10 (%)

AUs	CASADO	DESQUITADO OU SEPARADO JUDICIALMENTE	DIVORCIADO	VIÚVO	SOLTEIRO	TOTAL
ADljuí	-6,2	5,9	95,3	15,1	11,9	5,7
ADPF	-3,6	16,3	84,5	16,3	14,1	7,8
ADSM	-5,7	15,0	89,8	17,6	16,0	8,5
Aulinorte	11,5	27,9	160,0	56,7	35,1	29,6
Aune	10,3	28,9	125,2	29,3	33,7	24,3
Ausul	-7,2	-13,7	77,1	7,0	19,5	9,0
EAGC	-2,3	17,8	155,9	31,7	28,3	17,4
RMPA	-3,7	-6,6	74,6	16,9	20,1	11,9
Total das AUs	-2,1	0,1	83,7	18,2	20,8	12,7
RS sem AUs	-5,6	13,1	106,5	20,2	13,8	6,6
TOTAL DO RS	-3,6	3,7	89,1	18,9	18,4	10,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Tabela 5

Participação dos desocupados sobre a PEA e variação da participação dos desocupados sobre a PEA, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10 (%)

AUs	PARTICIPAÇÃO DOS DESOCUPADOS		VARIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
	2000	2010	
ADljuí	13,1	4,8	-62,9
ADPF	13,0	3,7	-71,2
ADSM	11,7	5,2	-55,4
Aulinorte	13,0	5,8	-55,1
Aune	10,2	3,5	-65,2
Ausul	17,8	7,9	-55,8
EAGC	7,9	3,3	-58,7
RMPA	14,9	5,9	-60,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Tabela 6

Participação do emprego formal, variação da participação do emprego formal, participação do trabalho precário e variação da participação do trabalho precário, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

AUs	(%)					
	EMPREGO FORMAL EM 2000	EMPREGO FORMAL EM 2010	VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL	TRABALHO PRECÁRIO EM 2000	TRABALHO PRECÁRIO EM 2010	VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO
ADljuí	42,6	54,0	26,7	51,2	40,0	-20,2
ADPF	46,6	56,2	20,5	48,8	38,9	-20,3
ADSM	43,7	48,5	11,0	50,1	44,1	-13,9
Aulinorte	34,4	43,5	26,3	57,4	47,7	-16,9
Aune	55,8	65,5	17,4	38,8	29,9	-22,9
Ausul	45,6	52,3	14,7	50,6	43,5	-14,0
EAGC	52,1	58,3	11,8	40,9	35,0	-12,9
RMPA	55,6	61,3	10,3	40,5	35,1	-14,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

3 Características dos domicílios nas aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul

Tão importante quanto conhecer as características da população residente nas aglomerações urbanas e as mudanças no perfil sociodemográfico que ocorreram no último período intercensitário, é conhecer algumas das características dos domicílios onde essa população vive — tipo e espécie de domicílio, formas de ocupação (próprio ou alugado), densidade de moradores por dormitórios, além das condições de saneamento — e as mudanças a eles associadas.

O IBGE identifica três modalidades de domicílios: (i) os permanentes, construídos com a finalidade exclusiva para habitação; (ii) os improvisados, aqueles cujas dependências não são destinadas exclusivamente à moradia (dividem espaço com atividade comercial), ou que estejam em locais inadequados; e (iii) os coletivos, aqueles de caráter institucional onde a relação entre as pessoas atendem normas de subordinação administrativa, como é o caso de asilos, orfanatos, conventos, hotéis, alojamentos de trabalhadores ou estudantes, penitenciárias ou presídios, quartéis e hospitais com internação (IBGE, 2011).

Entre 2000 e 2010, o número de domicílios nas AUs aumentou quase 20%, enquanto que no Rio Grande do Sul esse percentual foi de 18,2%. Somado a isso, foi registrada uma melhora qualitativa, uma vez que o número de domicílios particulares permanentes

e coletivos aumentou em detrimento dos improvisados (Tabela 7). Esse último tipo apresentou uma queda de 56,5% no estado, representando, em 2010, pouco mais de 0,1% do total de domicílios, proporção que se manteve nas AUs, que apresentaram percentuais próximos a esse valor.

Tabela 7

Incremento relativo dos domicílios segundo a espécie, no RS — 2000-10

AUs	(%)			
	PARTICULAR		COLETIVO	TOTAL
	Permanente	Improvisado		
ADljuí	14,6	-63,5	31,6	14,6
ADPF	16,5	-59,6	4,6	16,1
ADSM	16,8	-74,4	22,4	16,5
Aulinorte	39,1	-58,4	-18,1	38,1
Aune	32,9	-39,3	-1,8	32,3
Ausul	16,3	-34,2	17,5	16,2
EAGC	26,1	-76,5	93,8	26,9
RMPA	18,2	-59,4	21,4	18,1
Total das AUs	19,9	-58,3	19,4	19,7
RS sem AUs	15,8	-54,8	21,7	15,5
TOTAL DO RS	18,4	-56,5	20,0	18,2

FONTE: IBGE (2000, 2010).

As aglomerações que apresentaram as maiores taxas de aumento do número de unidades domiciliares foram a Aulinorte, a Aune e a EAGC, com taxas de 39,1%, 32,9% e 26,1%, respectivamente, superando o incremento ocorrido na RMPA, que foi de 18,2%. Também foi verificado um aumento no número de domicílios coletivos no período, cujo incremento rela-

tivo no Estado foi de 20%, entre 2000 e 2010⁶. Isso pode estar relacionado a diversos fatores, como aumento da procura por asilos e casas de repouso (resultado do grande aumento da população idosa), aumento do número de alojamentos para trabalhadores de indústrias e construção civil, e crescimento da rede hoteleira (impulsionado pelo aumento da atividade turística, em especial na EAGC, que teve um aumento de quase 94% nesse tipo de domicílio).

No que diz respeito ao tipo de moradia (casa, apartamento ou cômodo), uma tendência observada é a expansão da verticalização — moradia em edifícios de apartamento —, que já ocorria, na RMPA, com bastante intensidade⁷, e também se tornou representativa nas demais AUs. Isso pode ser comprovado pelo aumento no número de apartamentos, que, em 2000, representavam cerca de 13% do total de domicílios das aglomerações e, em 2010, passaram para cerca de 15%. Na EAGC, por exemplo, o incremento do número de apartamentos foi de 103,1%, o maior dentre as AUs, enquanto o menor foi na Aune, a única aglomeração que apresentou um aumento de casas superior ao de apartamentos (35,5% contra 22,6%). No caso da RMPA, o incremento de apartamentos foi o segundo menor, com 29,6%. Isso pode ser justificado pelo fato de que, nessa aglomeração, o processo de verticalização já está consolidado (apesar de ainda apresentar aumento) e de existir uma tendência de aumento no número de casas, devido à expansão da construção de condomínios horizontais.

Ainda em relação ao tipo de domicílio, chama atenção o expressivo aumento do número de cômodos na EAGC (152,1%), em contraponto às reduções apresentadas nas demais aglomerações (Tabela 8). Isso pode também estar relacionado à importância da atividade turística na região.

⁶ Os domicílios coletivos representavam, em 2010, 2,5% do total de domicílios no RS.

⁷ A tendência à verticalização como opção de moradia, evidentemente muito ligada às ofertas do mercado imobiliário, já havia sido constatada em estudos anteriores: Barcellos (2004), Kock (2008), Barcellos e Mammarella (2009), Castello (2009) e Fagundes (2011).

Tabela 8

Incremento relativo dos domicílios, segundo o tipo, no RS — 2000-10

	(%)		
AUs	CASA	APARTAMENTO	CÔMODO
ADljuí	11,9	49,5	-76,0
ADPF	12,5	50,5	-74,7
ADSM	11,6	51,7	-85,9
Aulinorte	36,3	86,5	-73,5
Aune	35,5	22,6	15,3
Ausul	13,6	32,6	-44,2
EAGC	21,4	103,1	152,1
RMPA	15,5	29,6	-47,6
Total das AUs	17,4	32,7	-49,9
RS sem AUs	14,4	56,1	-67,4
TOTAL DO RS	16,2	35,2	-55,4

FONTE: IBGE (2000, 2010).

Em relação à condição de ocupação (domicílio próprio ou alugado), no período intercensitário analisado, houve um aumento relativo maior no número de domicílios alugados frente ao aumento dos domicílios próprios, no Estado, com taxas de 38,4% e 17,5% respectivamente (Tabela 9). De maneira geral, as aglomerações urbanas apresentam taxas de incremento de imóveis alugados próximas ao dobro da taxa de incremento de imóveis próprios. Dentre as aglomerações, a que apresentou maior diferença na variação de domicílios próprios e alugados foi a Aune, que, no período analisado, teve um incremento de 26,9% nos domicílios próprios e de 74,9% no número de domicílios alugados. Por outro lado, a aglomeração que apresentou menor discrepância na variação foi a ADSM, que teve um aumento de 16,7% no número de domicílios próprios e 31,6% no de alugados.

Tabela 9

Incremento relativo da condição de ocupação do domicílio nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

	(%)		
AUs	PRÓPRIO	ALUGADO	CEDIDO/OUTROS
ADljuí	11,4	39,2	-2,4
ADPF	14,9	43,4	-12,7
ADSM	16,7	31,6	-4,5
Aulinorte	37,5	78,9	13,0
Aune	26,9	74,9	9,4
Ausul	14,0	39,2	8,4
EAGC	22,7	54,7	7,4
RMPA	17,0	36,5	0,2
Total das AUs	18,0	42,7	0,9
RS sem AUs	16,4	29,2	-3,1
TOTAL DO RS	17,5	38,4	-0,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

Esses dados ainda não refletem o impacto do programa Minha Casa Minha Vida na condição de ocupação da população, pois o mesmo foi criado em 2009, apenas um ano antes da coleta de dados do Censo. A expectativa é de que essa lógica se inverta, ou que, pelo menos, haja uma redução significativa dos domicílios alugados, pois, além de apontar para uma demanda reprimida em termos de acesso à moradia, o ônus com aluguel, especialmente entre a população de baixa renda, constitui-se num dos fatores de deficiência na estabilidade da questão habitacional (Cardoso, 2004).

Quanto à análise da qualidade das moradias, foram desenvolvidos dois indicadores que permitem verificar algumas condições de habitabilidade importantes, um referente ao adensamento excessivo e outro relacionado com as condições de saneamento básico.

A criação de uma medida relativa que estabelece a proporção de moradores por dormitórios se constitui em um indicador de adensamento excessivo, tendo sido utilizado no cálculo de déficit habitacional (FEE, 2004). Esse indicador classifica os domicílios em três estratos: (i) baixa densidade, domicílios com menos de dois moradores por dormitório, o que corresponde à situação ideal; (ii) média densidade, quando o domicílio possui entre dois e três moradores por dormitório; e (iii) alta densidade, quando há mais de três moradores por dormitório, indicando uma qualidade precária de moradia. A qualidade da moradia está, também, relacionada à densidade de habitantes por dormitório, pois se supõe que, para uma melhor condição de habitabilidade, o domicílio deva possuir cômodos específicos para dormir (Mammarella; Barcellos, 2008).

Pode-se observar que, entre 2000 e 2010, a quantidade de domicílios com alta densidade diminuiu quase 37% no Estado (Tabela 10), enquanto o número de domicílios com baixa densidade aumentou 27,8%, indicando uma melhora nas condições de habitação referente a esse indicador. Todas as aglomerações tiveram o mesmo comportamento, porém em proporções distintas, com aumentos dos domicílios com baixa densidade variando entre 23,3% (ADljuí) e 49,2% (Aulinorte), e a diminuição dos domicílios com alta densidade variando entre 48,3% (ADPF) e 17,9% (Aulinorte). Percebe-se que a Aulinorte foi a aglomeração que teve o comportamento mais variado dentre todas, uma vez que, ao mesmo tempo, foi a que teve a menor redução do número de domicílios em situação inadequada (alta densidade) e o maior aumento dos domicílios em situação ideal (baixa densidade). Isso pode ser um indicativo de que os domicílios que estão

surgindo nessa aglomeração (visto que essa foi a AU que apresentou a maior taxa de incremento no número de domicílios, no período analisado — Tabela 7) já possuem um padrão de habitabilidade mais elevado, reflexo das características da população que está se deslocando para essa região.

Tabela 10

Variação da densidade de habitantes por dormitório, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

AUs	BAIXA	MÉDIA	ALTA	(%)
ADljuí	23,3	-37,8	-45,7	
ADPF	25,3	-34,9	-48,3	
ADSM	25,2	-27,5	-40,4	
Aulinorte	49,2	-7,5	-17,9	
Aune	40,0	-22,7	-41,9	
Ausul	27,7	-22,2	-35,9	
EAGC	33,8	-22,1	-35,6	
RMPA	27,0	-19,7	-31,7	
Total das AUs	28,8	-22,0	-34,3	
RS sem AUs	25,9	-33,7	-41,2	
TOTAL DO RS	27,8	-26,2	-36,7	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

O segundo indicador que foi construído para conhecer o padrão de qualidade da moradia diz respeito à condição de saneamento básico. Tal indicador foi desenvolvido especificamente para esse artigo, com o intuito de esquematizar e facilitar as análises acerca da situação de saneamento dos domicílios, levando em conta as seguintes características: se tem banheiro; se tem coleta de lixo; se o abastecimento de água é feito através de rede geral; e se o esgotamento sanitário é feito através de rede geral ou fossa séptica. Foram atribuídos pontos para cada uma das características analisadas, e a classificação domiciliar foi feita de acordo com o somatório dos pontos⁸, em que se considerou excelente a soma de quatro pontos; bom, entre três e quatro pontos; regular, entre dois e três; ruim, de um a dois pontos, e precário, menos de um ponto.

A análise do perfil dos domicílios nas aglomerações urbanas revela que houve uma melhora generalizada das condições de saneamento básico, com uma significativa redução dos domicílios em situação precária e ruim, e um aumento das categorias regular e excelente, esta última com resultados bastante expres-

⁸ Foi atribuído um ponto para cada uma das características: se o domicílio tem banheiro, tem coleta de lixo, o abastecimento de água é feito através de rede geral e o esgotamento sanitário é feito através de rede geral; meio ponto quando o esgotamento sanitário é feito através de rede séptica; as demais situações não somam pontos.

sivos (Tabela 11). A condição de saneamento considerada boa apresentou, no total das aglomerações, uma queda de quase 16%, embora, na maioria das AUs, essa condição tenha apresentado aumento. Isso foi impulsionado, principalmente, pela queda de mais de 40% desse tipo de condição na RMPA, que foi a única aglomeração que apresentou diminuição em todas as categorias, exceto na excelente, onde houve um aumento de 146,3%, indicando uma expressiva melhora nas condições de saneamento nessa região.

Tabela 11

Incremento relativo de domicílios, conforme a condição de saneamento básico, nas aglomerações urbanas do RS — 2000-10

AUs	PRECÁ- RIO	RUIM	REGULAR	BOM	EXCE- LENTE
ADljuí	-91,6	-47,0	24,0	24,7	31,3
ADPF	-91,6	-46,7	18,5	14,7	66,0
ADSM	-75,2	-9,7	38,3	38,5	13,3
Aulinorte	-86,8	-29,5	44,1	46,1	81,9
Aune	-81,8	-32,9	79,3	45,0	30,1
Ausul	-71,0	-27,8	68,7	19,2	17,2
EAGC	-86,2	-10,1	29,0	-9,5	304,2
RMPA	-79,9	-24,2	-15,4	-41,5	146,3
Total das AUs	-80,3	-28,8	8,1	-15,9	96,9
RS sem AUs ..	-79,7	-26,4	37,6	21,1	92,6
TOTAL DO RS	-79,8	-27,3	20,2	-4,3	95,9

FORNE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2000, 2010).

O maior contraste se dá entre as categorias precário e excelente, com perdas expressivas da primeira, variando entre 71%, na Ausul, a 91,6%, na ADljuí e ADPF, e aumentos, também significativos, na segunda, com taxas entre 146,3%, na RMPA, e 304,2%, na EAGC.

Pode-se verificar, através da análise dos indicadores de qualidade das moradias, que houve uma melhora generalizada das condições de habitabilidade dos domicílios, entre 2000 e 2010, tanto no Estado como nas aglomerações urbanas.

4 Considerações finais

A partir da análise dos dados relativos à realidade das aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul e das principais mudanças ocorridas nessas regiões, na última década, é possível fazer alguns apontamentos importantes.

De maneira geral, as aglomerações urbanas apresentaram comportamento semelhante nas análises,

porém, em magnitudes distintas (geralmente relacionadas ao tamanho da população), e acompanharam as tendências estadual e nacional.

Um exemplo é a feminização da população, que ficou evidente na última década, em que a participação das mulheres aumentou, fazendo com que a razão de sexo ficasse abaixo de um em todas as aglomerações.

Outra tendência seguida pelas aglomerações é o aumento da proporção de idosos, em especial da população com mais de 80 anos, e a diminuição de crianças e jovens até 14 anos. Isso se dá tanto pela diminuição das taxas de natalidade, como pelo aumento da expectativa de vida, além da migração interna existente no Estado e entre as aglomerações. O envelhecimento da população pode (e deve) gerar, em longo prazo, inúmeros problemas relacionados à estrutura previdenciária e de saúde, uma vez que aumenta a demanda por assistência aos idosos, e diminui, gradativamente, a força de trabalho e, conseqüentemente, a arrecadação do RS.

O aumento da escolaridade também foi significativo nas AUs, e, embora não demonstre uma melhora qualitativa do ensino, serve como indicador de melhorias na área da educação. A melhora na quantidade e qualidade do emprego também foi generalizada em todas as aglomerações, seguindo as tendências do Estado e do País. O aumento da PEA, da formalização do emprego e a diminuição do trabalho precário destacaram-se nas análises dos perfis das AUs.

Em relação aos domicílios, destaca-se uma melhora generalizada, indicada pela diminuição do número de domicílios improvisados e pela melhora nas condições de saneamento básico. Além disso, nota-se uma tendência de verticalização em todas as AUs, exceto na RMPA, que já apresenta esse processo consolidado.

Dois cenários distintos merecem destaque nas análises. O primeiro deles está relacionado à RMPA, que, apesar de possuir papel de destaque consolidado na hierarquia regional do RS, apresentou, nos últimos anos, pouca variação nas características analisadas, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Isso pode indicar que, apesar de ainda concentrar maior população e possuir o maior PIB dentre as aglomerações, a RMPA vem sofrendo, ao longo do tempo, uma desconcentração populacional e econômica.

O segundo diz respeito ao notável deslocamento de população do oeste para o leste do Estado, refletido nos resultados apresentados por Aulinorte, Aune e EAGC. Nessas aglomerações, houve uma expansão do mercado imobiliário, representado pelo aumento no número de domicílios, e mudança no perfil da

população residente. Na Aulinorte, em especial, o perfil das pessoas que procuram residência é de idosos (de maneira geral, aposentados), com grau de instrução maior e poder aquisitivo mais elevado. Acompanhando essas populações, a demanda por trabalhadores da construção civil e domésticos também aumentou de maneira expressiva nessas aglomerações. De maneira geral, todas as variáveis apresentaram destaque para uma dessas aglomerações, e algumas vezes para as três, como é o caso do aumento populacional e de domicílios.

A última década caracterizou-se por importantes mudanças estruturais no Brasil, acompanhadas pelo Rio Grande do Sul e por suas aglomerações urbanas. De maneira geral, tais mudanças indicam melhoria gradativa na qualidade de vida da população, refletida na melhora dos indicadores socioeconômicos e das condições dos domicílios.

Referências

- ALONSO, J. A. F. A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 77-93, 2009.
- ALONSO, J. A. F. O Cenário Regional Gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, 2003.
- ALVES, J. E. D. As transições da população brasileira. In: SEMINÁRIO TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, 2012, Rio de Janeiro. **[Anais...]** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=353:semin%C3%A1rio-%E2%80%9Cterrit%C3%B3rio-coes%C3%A3o-social-e-governan%C3%A7a-democr%C3%A1tica%E2%80%9D&Itemid=163&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2013.
- BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. Mercado de trabalho e estrutura social: apontamentos sobre o extremo sul do Brasil na primeira década do século XXI. In: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Estrutura social das Metrópoles brasileiras**: análise da primeira década do século XXI. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 292-312.
- BARCELLOS, T. M.; MAMMARELLA, R. Padrões sociais de territorialidade e condomínios fechados na metrópole gaúcha. In: ALONSO, J. A. F.; BARCELLOS, T. M. de; MAMMARELLA, R.. **Território, Economia e Sociedade**: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2009. p. 243-288.
- BARCELLOS, T. O panorama recente das migrações no Brasil: a situação do RS e da RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 181-200, 2000.
- BARCELLOS, T. Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 65-90, 2004.
- CARDOSO, A. L. O Déficit Habitacional nas Metrópoles Brasileiras. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 91-116, 2004.
- CASTELLO, I. R. Características e condições de moradia dos habitantes metropolitanos. In: MAMMARELLA, R. (Org.). **Como Anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Carta Capital; Observatório das Metrópoles, 2009. p. 91-128. (Conjuntura Urbana, v. 8).
- FAGUNDES, J. R. **Promoção Imobiliária e Geografia de Centralidades**: um estudo da oferta de imóveis residenciais novos em Porto Alegre (1999-2010). 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Necessidades habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/sobreafee/pg_deficit.php>. Acesso em: 11 set. 2013.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **PIB e PIB per capita a preço de mercado**: 2009. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?serie=1999-2009>. Acesso em: 15 set. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Centro-Oeste e Nordeste ganham participação no PIB nacional em 2009**. 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2025>>. Acesso em: 10 out. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA (IPEA) *et al.* **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: Redes urbanas regionais sul**. Brasília, DF: IPEA, 2000.

KOCK, M. R. Condomínios fechados: as novas configurações do urbano e a dinâmica imobiliária. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-116, 2008.

MAMMARELLA, R. Moradia irregular e condições de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma visão preliminar. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 33-64, 2004.

MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. de (Org.). **Estrutura Social e Segmentação Urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 2000**. Porto Alegre: FEE, 2009. (Documentos FEE, n. 67).

MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. de. O fenômeno aglomerativo no Rio Grande do Sul: panorama atual. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 117-136, 2008.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, redes de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, [Belo Horizonte?]. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Abep, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/migt4_3.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

MOURA, R. **Arranjos Urbano-Regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PESSOA, M. L.; XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. **Evolução do mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul (2000-2010)**. Porto Alegre: FEE, 2012. (Textos para discussão FEE, 110). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/110.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2012.

SILVA, R. de S.; MORELL, M. G. G. P. de. Nupcialidade Brasileira: padrões e tendências. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 131-138, jul./dez. 1990.

STROHAECKER, T. M.. **A urbanização no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. 2007. 398 f. Tese (Doutorado em Geociências)-Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TAXA de casamentos atinge maior índice em dez anos, aponta IBGE. **Nossa Metrópole**, Camaçari, 17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.nossametropole.com.br/noticias-geral/14836-taxa-de-casamentos-atinge-maior-indice-em-dez-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

